

“A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A FE/UNICAMP: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE ENTRE OS ANOS 1980/1990.”

Caroline Maria Florido
Graduanda em Pedagogia pela FE/UNICAMP
bolsista CNPq de Iniciação Científica
Orientador: José Luis Sanfelice

Resumo

O texto traz a discussão sobre o papel da extensão universitária na construção da história da Faculdade de Educação da Unicamp. O objetivo principal da pesquisa de iniciação científica que deu origem a ele é analisar criticamente a realização das atividades de extensão pela unidade e contextualizá-las, dentro da perspectiva materialista histórica. Num primeiro momento, dispôs-se a usar como fontes históricas documentos oficiais da FE/UNICAMP: relatos históricos das disposições, deliberações e discussões institucionais, durante os anos 1976 e 1996.

Preliminarmente, levantaram-se algumas considerações: durante os primeiros anos de existência da FE, encontra-se a predominância da realização de convênios inter-institucionais e da participação de professores nos projetos Rondon e dos Campi Avançados. Embora dentro de uma proposta de fortalecimento de uma instituição comprometida desde a sua criação com a prestação de serviços, o atendimento às demandas da comunidade regional foram secundarizadas às demandas de formação interna de profissionais com a finalidade de dar legitimidade científica à graduação e pós-graduação em Educação.

Durante os anos de 1980, o assunto ganha outras dimensões. Após 1984 surgem cada vez mais relatos de incentivo externo e interno à Unicamp para alterações das propostas de extensão desenvolvidas, tentando adequar a universidade à crise financeira e falta de recursos públicos para a manutenção de sua estrutura. As práticas que se ampliam nessa década são os cursos. Principalmente com base no financiamento da CENP, a FE conduz um movimento de expansão e recorrência no oferecimento de cursos de aprimoramento para professores, supervisores e administradores educacionais da rede pública paulista e de outros estados.

Nos anos 1990, além do movimento institucionalização, amplia-se consideravelmente a mentalidade extensionista. Surge então a FUNCAMP, fundação de direito privado que administrará os recursos captados dos mais diversos setores da universidade. A extensão torna-se então a principal via de mudança do papel da universidade na sociedade e de captação de recursos extra-orçamentários, regulamentando o processo de atendimento das diversas demandas, a maioria do setor produtivo e do aparato estatal.

Introdução

Na formação do professor ou dos educadores, pressupõe-se uma prática não desvinculada da teoria, ou mesmo, uma teoria articulada com o exercício profissional. Ao saber que a formação prática se dá por diversas vias na universidade, pergunta-se então: como a Faculdade de Educação da UNICAMP tem formado seus professores ou educadores ao longo de sua história ou, mais precisamente, qual é a dimensão da extensão universitária na formação dos pedagogos e demais profissionais da educação que passaram pela instituição?

Diante desses questionamentos resolveu-se investigar como se desenrolou a história da extensão universitária na FE/UNICAMP. Para entender melhor como a FE se colocava diante da chamada “Terceira Função da Universidade” imposta às instituições depois da Lei 5540/68, a chamada “Reforma Universitária”,¹ decidiu-se realizar um levantamento historiográfico em fontes oficiais da unidade, através de leituras de Atas de Conselho Interdepartamental e Congregação. Contemplou-se uma realidade específica, mas não dissociada do contexto histórico do período abordado e determinado pela dinâmica institucional da UNICAMP.

Esta universidade foi fundada em pleno período militar, em 1966, em Campinas, e de acordo com informações oficiais *“veio responder à crescente demanda por pessoal qualificado numa região do País, o Estado de São Paulo, que já na década de 60 detinha 40% da capacidade industrial brasileira e 24% de sua população economicamente ativa.”*² A criação da Unicamp trazia em si o intuito de se constituir um *“centro de excelência em ensino e produção de pesquisa de ponta”*, em uma região de formação tradicionalmente rural e oligárquica, em um pólo industrial em ascensão.”

A criação desta universidade paulista foi marcada por duas características articuladas: ela deveria ser referência de formação de profissionais alinhados com uma mentalidade de modernização, influenciada pelo modelo universitário norte-americano e conseqüentemente, servir aos interesses estatais e das classes dominantes através da produção de pesquisa de ponta. A Unicamp carrega

¹ Freitag (1980) destaca que a partir da Lei 5540 decretada em 1968 em pleno período militar, chamada “Reforma Universitária”, houve uma reestruturação das Instituições de Ensino superior sob a orientação do convênio MEC/USAID, definindo uma racionalização de recursos geridos pela universidade.

² Disponível no site: www.unicamp.br/unicamp/a-unicamp/historia

consigo a característica de ter sido criada sob os moldes da “indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão”, garantidos posteriormente na Constituição de 1988. No entanto, essa indissociabilidade tem sido questionada sistematicamente desde o seu surgimento, pela maneira fragmentada como vem se concretizando e pela concepção dominante de extensão universitária como “área de prestação de serviços à comunidade” (Almeida, 2002). E a Faculdade de Educação, dentro disso, aparentemente não tem sido uma referência de resistência dessa fragmentação: as fontes históricas pesquisadas até o presente momento na unidade, entre os anos 1976 e 1996, mostram, mas também ocultam alguns dos embates ocorridos em torno do tema ante as condições estabelecidas. Vejamos o porquê dessa afirmação.

Os primeiros anos da extensão na FE/UNICAMP

A FE e o curso de pedagogia foram criados em 1972, mas os registros oficiais do principal órgão colegiado da época, o Conselho Interdepartamental, datam apenas a partir de 1976. Numa leitura inicial das fontes, durante os anos 1970, pôde-se constatar poucos relatos sobre as atividades de extensão nas quais a unidade se envolvia. Durante esses oito primeiros anos de existência e apenas quatro de registro, as citações resumem-se à existência de convênios com instituições educacionais, principalmente com universidades internacionais: Universidade de Assunção (Paraguai), Universidade de Louvain (Bélgica), Bowling Green State University (EUA), a participação de professores nos projetos Rondon e nos Campi Avançados. Registros de discussões e diferentes posições políticas encontram-se incompletos, não oferecendo informações precisas a respeito do funcionamento das atividades de extensão na faculdade. No entanto, frequentemente o assunto referente à organização institucional dos convênios é secundarizado, sendo retirado de pauta como “*não sendo prioridade*”.³ O relato mais contundente desse período da existência de debates e do envolvimento da FE com a extensão encontra-se na ata da 61ª Reunião do Conselho Interdepartamental, ocorrida no dia 28 de novembro de 1978. O ponto da pauta levantava a possibilidade da existência de uma comissão de extensão para cuidar de mais um convênio, este firmado com a Secretaria de Educação do Estado de

³ Ata de 28ª reunião ordinária do CI de 28/02/1977

São Paulo. Foi a esta discussão incorporado outro item: a participação da faculdade no projeto de licenciatura curta do Campus Avançado no Acre, do qual reproduzimos um trecho:

“sobre a criação de uma Comissão de Extensão (...) ficou decidido que a conveniência ou não da criação de uma comissão de extensão para a Faculdade fosse discutida preliminarmente, a nível dos departamentos. Quanto ao segundo problema, houve vozes a favor e contra a confirmação da professora (...) como representante da FE no Campus Avançado.” (Ata da 61ª reunião de CI em 28/11/78, p.2)

Essas fontes nos mostram que a FE respondia afirmativamente aos projetos da universidade como um todo, não tendo muita autonomia administrativa, mantendo-se dentro de uma proposta de fortalecimento de uma instituição comprometida desde a sua criação com a prestação de serviços. Aparentemente, as propostas de atendimento às demandas da comunidade regional foram secundarizadas às demandas de qualificação docente interna, para que se pudesse dar base científica e se fortalecer a pós-graduação em Educação na Unicamp. Em Sanches (1996), afirma-se que a maior parte das atividades de extensão desenvolvidas na Unicamp entre os anos 1977 e 1982, visava atender às necessidades do setor produtivo e adequar-se aos projetos estatais. Este projeto alinhado com a ordem ditatorial passou a ser contestado com a abertura política dos anos 1980, quando as entidades docentes e discentes retomaram a legalidade, após a extinção do Plano Nacional de Extensão ⁴ e a queda do apoio financeiro para a expansão dos Campi Avançados.

Com o término da ditadura e o advento da abertura política nos anos 1980, a extensão tomou uma nova dimensão nos estudos tanto das organizações estatais, quanto da comunidade acadêmica. Destaca-se, por exemplo, a obra de Saviani (1984) que trata da dinâmica das Instituições de Ensino Superior, principalmente das universidades públicas, e dos anseios de uma parte crítica dos pesquisadores. Ele expõe que essas instituições deveriam desenvolver a função da extensão conectada com o ensino e a pesquisa, sem que se transformasse uma na outra pelas especificidades de cada uma delas. Mostra a necessidade de se criticar os projetos estatais que não

⁴ De acordo com PAVIOTI (2004) e Sebinelli (2004), o Plano Nacional de Educação, publicado em 1975, foi um documento que se referia à operacionalização da extensão em todo território brasileiro e que perdeu sentido com a diminuição do aporte financeiro para os projetos em vigor até 1980.

permitted that the extension practices be a way for the university to take responsibility for a “*elevation of the cultural level of society*”, as well as to return resources invested by the whole society to educate the “*few privileged*”. These positions aimed to repudiate the assistentialist and pragmatic projects that were taking into account the university extension up to then. The educator Paulo Freire also contributed to the critique of rural extension and the colonialist vision of the projects developed in the military period with the book “*Extension or Communication?*”, published in 1975.

During the 1980s, it is observed that the issue gains other dimensions at FE/UNICAMP. Still incipient in the first years, after 1984 there gradually appear reports of external and internal incentives from Unicamp for changes in the extension proposals, trying to adapt the university to a deep financial crisis and the lack of public resources for the maintenance of its structure. Sebinelli (2004) points out that, impelled by the discourses of democratization and university autonomy, Unicamp gave space for the increase of private partnerships and sought through the process of institutionalization of extension, to adapt to its original project, following the North American model of university. This would focus on forming the “*man to adapt to the system*” and “*agency services*”.

In 1984 the first institutional norms appear and it is affirmed a concern with the expansion of the sector of agreements of the Faculty, creating inclusive commissions and specific service sectors, dissociating extension from the curricular project for graduation and post-graduation of the unit, despite the extension practices being expressed through teaching, in its majority. The practices that were expanded from the 1980s are the courses. Mainly with the basis in the financing of the Coordination of Teaching and Pedagogical Norms (CENP), the Faculty of Education led a movement of expansion and recurrence in the offering of courses for improvement for professors, supervisors and educational administrators of the public network of São Paulo and other states. The reports most complete with respect to these practices are found in the minutes of the Interdepartmental Council, confirmed in the Minutes of the Congregation. The direction of the faculty, in 1985, with the objective of disseminating the courses and agreements carried out, launched the notebook “*Informative FE*”, which was later replaced by the “*Reports of FE*”.

Pode-se associar essa orientação de ampliação e institucionalização da mentalidade extensionista com um movimento histórico da abertura política pós-ditadura militar, mas principalmente com a busca de captação de recursos extra-orçamentários para a universidade.

A FUNCAMP, criada em 1978, como fundação de direito privado, passa a administrar os recursos captados através de convênios de pesquisa e ensino, pelos mais diversos setores da universidade. Junto à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, criada em 1986, antecedida por um setor de “Assessoria de Extensão”, que funcionou no gabinete da reitoria entre os anos de 1982 e 1985, todo um aparato administrativo é construído e a extensão torna-se uma das vias do papel da universidade diante da sociedade. Esse processo de institucionalização visava regulamentar o atendimento das diversas demandas, a maioria do setor produtivo e do aparato estatal, dando legitimidade às razões pelas quais a Unicamp havia sido criada. Vê-se, portanto, uma preocupação maior com a política norteadora dos convênios, que a faculdade amplia em quantidade e abrangência: além dos já realizados com instituições internacionais, aumentam as parcerias com instituições nacionais – Universidades Federais, Prefeituras, INEP e outras.

Para se entender melhor, sabe-se que em âmbito nacional, a segunda metade dos anos 1980 é marcada por nova política para a extensão universitária. De acordo com Souza (2000), fomenta-se nacionalmente a discussão sobre o tema com a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas em 1987. A Constituição Federal de 1988, afirma no artigo 207 o “*princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão*”, já colocado pela Lei 5540 de 1968. O Estado vê a extensão universitária como oportunidade de eximir-se de suas ações sociais e de investimentos na estrutura das universidades, impondo à ordem institucional destas a responsabilidade pelo atendimento das mais diferentes demandas da população. Estas são impelidas a ampliar os projetos de prestação de serviços e incentivar a expansão de cursos de formação complementar, convênios entre instituições públicas e privadas, mas principalmente ao adquirir financiamento privado para os projetos de pesquisa. (Sebinelli, 2004)

Sob a orientação do Banco Mundial e do FMI,⁵ a organização das universidades e seu funcionamento tornam-se deliberadamente comprometidos pela restrição orçamentária, em contraposição com a necessidade de expansão das atividades de ensino e pesquisa. Com parcerias distantes do público e rendidas às determinações políticas e ideológicas do Estado, o “tripé” da universidade passa a ficar cada vez mais a serviço do capital. O relatório realizado pela Comissão Nacional para a reformulação do Ensino Superior, criada pelo decreto No. 91.177/1985 por José Sarney avaliava como escassos os trabalhos de extensão e os serviços prestados às comunidades pelas universidades e imprimia “*a necessidade de uma autonomia acadêmica, didática, administrativa e organizacional*”, tirando de si a responsabilidade quanto às demandas sociais e atribuindo-as às universidades. (Costa de Paula, 2001).

Apesar da aparente constância das discussões a respeito das reformas educacionais e da criticidade na abordagem de determinados temas, além da participação dos docentes da unidade em diferentes entidades, órgãos governamentais e internacionais, não há referências a respeito da participação dos integrantes da FE na criação da Pró-Reitoria de Extensão e/ou qualquer menção sobre a ocorrência do Fórum Nacional de Pró-Reitores das Universidades Públicas. Este último deliberou sobre as diretrizes para a extensão nas instituições brasileiras, definindo-a e traçando estratégias para seu financiamento. Esses fatos não foram abordados nos espaços deliberativos cujas fontes consultamos, o que não significa sua ausência nas discussões em outros espaços decisórios, como os departamentos ou entidades estudantis. Como ainda não foram pesquisados os registros desses, não sabemos como se construía a argumentação contra ou a favor de certas normativas internas ou políticas externas. Além disso, as decisões de Congregação e Conselho Interdepartamental do período são resumidas e não expressam os conflitos e disputas entre diferentes projetos de universidade surgidos nesse período. Um desses conflitos aparece brevemente em ata de 120ª reunião ordinária de CI, em 18 de dezembro de 1984, onde é feita a proposta do Centro Acadêmico de realização de cursinho de alfabetização para funcionário e depois, não aceita.

⁵ Desde os anos ditatoriais, a política para as universidades brasileiras foram marcadas por acordos entre o Ministério da Educação e os órgãos de financiamento estrangeiros. Durante os anos 1960/70, relatórios como Atcon (1966) e Meira Matos, cumprindo as exigências do Banco Mundial e pressões de adesão aos padrões americanos de desenvolvimento científico, levaram as universidades brasileiras à uma política extremamente repressora dos movimentos politizados e à centralização administrativa, pela restrição de investimento estatal, em contrapartida com a abertura para o financiamento privado. Nos anos 1980, esse projeto foi pouco alterado. (GERMANO, 1993; MINTO, 2006).

Os anos 1990: novidades nas concepções?

Nos anos de 1990 fica nítida a ampliação da extensão universitária amparada pelas novas políticas neoliberais para as instituições de ensino superior públicas. Souza (2000) expõe que o MEC, diante do atraso quanto à discussão da extensão após a extinção da Coordenação de Atividades de Extensão - CODAE⁶ em 1980, cria a Comissão de Extensão Universitária em 1993, “*com o objetivo de elaborar programas específicos que definam os princípios, diretrizes e formas de fomento à Extensão nas IES.*” (Brasil, portaria da SeNeSu no.66, de 13/04/93, apud Souza, 2000, p.77). Esta comissão reafirma a concepção de Extensão expressa no Fórum de Pró-Reitores, já citado, e cria o Programa de Fomento à Extensão Universitária, que tem como foco tratar do financiamento da extensão.

Enquanto isso, a UNICAMP ganha fôlego com a ampliação da PREAC – Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, incorporando à sua organização a EXTECAMP (Escola de Extensão, criada em 1989) e demais convênios e programas de extensão chamados “comunitários”. Percebe-se que a concepção de extensão continua sendo a setor de prestação de serviços, com predominância do incentivo de oferecimento de cursos e assessorias, além do atendimento à população no setor da saúde.

Os relatos oficiais da FE dos anos 1990, essencialmente em Atas do Conselho Interdepartamental, aos quais tivemos acesso até o momento, trazem um resumo das atividades discutidas dentro dos departamentos e realizadas pela comunidade interna ou por professores isoladamente. Logo no ano de 1990, o próprio pró-reitor de extensão e assuntos comunitários veio até a unidade para falar do funcionamento da EXTECAMP e como será administrado o recurso proveniente dos cursos pagos. Já na época, as unidades contavam com 75% da verba, enquanto os 25% restantes gerariam um fundo de apoio a cursos gratuitos. A partir de então, frequentemente aparecem ofícios referentes às exigências da EXTECAMP e do Conselho de Extensão da Unicamp (CONEX) informando sobre a realização dos cursos nas unidades e suas devidas adequações.⁷

⁶ O CODAE foi, de acordo com Gurgel (1986, p.137), “a materialização da idéia de constituição de uma instituição coordenadora nacional de extensão universitária no MEC, que tinham como suporte o Projeto Rondon e o CINCRUTAC”

⁷ Ata de Reunião Ordinária do Conselho Interdepartamental do dia 6 de junho de 1990, contando com a presença do Pró-Reitor de Extensão em exercício.

Nessa época, os cursos de extensão estiveram voltados, em sua maioria, para aperfeiçoamento profissional ou complementando a chamada “formação inicial”, definindo-se como especialização em determinada abordagem. Os convênios configuraram, em termos de cooperação interinstitucional, uma forma de ampliação do alcance da produção de pesquisa e oficialização da parceria com grupos estatais ou empresariais. A extensão comunitária, minoria das realizações da instituição, se constituiu em programas de atendimento a segmentos específicos da sociedade e de caráter compensatório aos grupos excluídos da universidade ou menos favorecidos pelas políticas públicas. Nesse terceiro foco de atividades também está a realização de programas de difusão cultural.

O movimento de regulamentação das atividades de extensão na UNICAMP alcança, além dos cursos, também os convênios: ficam mais claras nas documentações da FE os termos dos mesmos, com a apresentação das minutas e pedidos de relatórios. Muda-se o discurso, referindo-se agora às formações oferecidas via cursos e convênios, atribuindo a eles a denominação de “práticas de educação continuada”, mas altera-se muito pouco a dinâmica e o caráter dessas atividades. Pode-se ainda destacar a continuidade do convênio com a CENP e novas parcerias com instituições públicas brasileiras, ainda para a formação de professores e gestores atuantes no ensino fundamental.

Dois elementos, no entanto, chamaram a atenção: a preocupação com a normatização dos cursos de especialização da pós-graduação, sinalizando o oferecimento de programas *latu sensu* e o surgimento da Educação à Distância como proposta de ampliação da ligação da FE/UNICAMP com universidades internacionais. Essas iniciativas não estão desvinculadas das exigências das adequações da faculdade às condições sociais e políticas do período, ditadas tanto pela nova ordem mundial de “globalização” e expansão das tecnologias de informação e comunicação, como também das restrições orçamentárias das agências de fomento à pesquisa. Como exemplo, na Ata de 44^a Reunião Ordinária da Congregação de 16 de maio de 1990 consta como item a formação de uma comissão para organizar os cursos de Especialização na FE, sendo essa autônoma em relação à CPG e tendo como objetivo traçar a política para os cursos para 1991. A FE, procurando expandir seus domínios para todos os cantos do país, impôs ao seu funcionamento uma diversidade de oferta de abordagens

educativas e projetos que distanciavam seu foco do ensino para graduação e pós-graduação, vindo na extensão uma alternativa palatável para muitos.

Outro aspecto a ser ressaltado: o início dos anos 1990 é marcado como período de reformas do curso de pedagogia, do surgimento do curso noturno e pela reestruturação do programa de pós-graduação. Essas reformas internas mesclam-se nos relatos oficiais da faculdade, turvando a visualização da quantidade de atividades de extensão realizadas no período e como eram feitas as discussões sobre o tema. Os relatos dos anos seguintes trazem como itens para aprovação inúmeros cursos e convênios, boa parte já existentes durante os anos 1980. Surpreende, no entanto, encontrar a seguinte citação em resumo de reunião do Conselho Interdepartamental, do dia 10 de abril de 1996, contida em texto escrito pelo diretor que deixava seu cargo:

“é necessário também apontar que a FE responde por um dos mais altos índices de toda Universidade no que diz respeito às atividades de extensão. Tem honrado seus compromissos junto às instituições públicas e privadas e cumprido sua parte nos convênios nacionais ou internacionais, através dos quais coopera com os mais diferentes órgãos de ensino e pesquisa.” (relato de reunião do CI de 10/04/96)

Às universidades é infligida também a incorporação da idéia de “racionalização” da instituição, obrigando-a a estar a serviço do sistema produtivo. Já nos primeiros anos de 1990, durante o governo de Fernando Collor de Melo, lança-se uma política de avaliação periódica dos cursos e das atividades acadêmicas, que também é assumida pela Unicamp e pela FE. (Costa de Paula, 2001). Nas atas de Congregação e Conselho Interdepartamental aparecem sistematicamente discussões e formação de comissões para avaliar as atividades realizadas pela unidade, sendo a extensão uma das fontes de preocupação de expressividade da FE. Essa política se acirra a partir de 1994, início da gestão de Fernando Henrique Cardoso, que culmina Lei de Diretrizes e Bases para a educação de 1996.⁸

Como afirma Minto (2006), apesar de algumas mudanças imprimidas pelas reformas do ensino superior diante de novas necessidades do setor produtivo e

⁸ A Lei de Diretrizes e Bases para a Educação, aprovada em 1996 prevê no art.43 o seguinte inciso: “VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm.

financeiro, o projeto estatal de descentralização e desenvolvimento para as universidades, iniciado no período militar, não foi essencialmente alterado nos anos 1990. Nesta ótica de “abertura”, a FE, assim como todas as universidades, incorporaram em sua política administrativa uma expansão das atividades de extensão, no discurso, comprometidas com as demandas sociais, mas na prática, rendidas aos interesses do capital com medidas de acirramento da privatização, terceirização de servidores, precarização do trabalho e pressão produtivista dos órgãos de fomento à pesquisa.

Contradições explícitas: a educação se rendendo ao neoliberalismo

O presente estudo ainda não pode ser considerado uma análise abrangente das atividades de extensão da Faculdade de Educação, pois aborda parte das fontes até o ano de 1996. A escolha dessa data como marco divisório não foi aleatória, pois consideramos que a partir do ano de 1996, houve mudanças profundas tanto internas na unidade, com a mudança do grupo diretor, como externamente, diante das determinações das políticas educacionais para o ensino superior, incluindo a Lei de Diretrizes e Bases. Esta última definiu os rumos da ampliação das medidas privatistas dentro das universidades públicas e sujeitas cada vez mais à precarização das condições de trabalho e ensino diante do pouco investimento estatal para manter sua estrutura.

Mas nossa crítica continua voltada para a especificidade da Faculdade de Educação diante da realidade da consolidação da extensão como via para captação de recursos extra-orçamentários e distanciamento da realização de um projeto mais amplo de atendimento às necessidades educacionais da comunidade campineira. Através das atividades realizadas e das discussões expostas nos relatos dos documentos da unidade, afirma-se a política extensionista da UNICAMP de oferecimento de cursos e realização de convênios, sem qualquer tipo de projeto vinculado aos movimentos sociais e políticos não hegemônicos. Continua, portanto, o questionamento: em algum momento de sua história, a FE preocupou-se em responder às demandas sociais que não fossem as pré-estabelecidas pelo Estado, pela ordem vigente? Ou mais precisamente: a FE continuou formando profissionais da educação para reproduzir as relações produtivas ou para questioná-las e superá-las? Em que medida, a extensão por

ela realizada faz um intercâmbio real das necessidades da população com o conhecimento produzido na universidade?

Continuam sendo inúmeros os nossos questionamentos quanto à prática da extensão na FE, considerando-se pressupostos de uma realização de extensão universitária para além daquela que vem sendo amplamente difundida desde os primeiros indícios da chamada “reestruturação produtiva”. A extensão tornou-se o principal mote de “responsabilização social” com o argumento de retorno do investimento feito através de seus impostos, promovendo uma desenfreada ampliação de projetos de “formação continuada” ou “formação em serviço”, como as empresas preferem denominar.

Ao se analisar conjuntamente os anos de 1980 e 1990, a extensão realizada na FE não parece sofrer grandes modificações, mostrando-se de acordo com os relatos oficiais um processo de progressão linear e institucionalização crescente. No entanto, salientamos que esse processo de solidificação da política de prestação de serviços na FE não tenha sido necessariamente “linear”, como aparece nos relatos oficiais. Sabe-se que historicamente, movimentos sindicais e estudantil tenderam a pressionar as instituições de formação docente a realizar projetos contra hegemônicos e a não seguir uma lógica produtivista diante das exigências do capitalismo. No entanto, ainda não tivemos acesso à documentação do período ligada às lutas dessas organizações e essas, mesmo que por vezes expostas nos órgãos colegiados da instituição, não são fielmente reproduzidas nos documentos oficiais.

Pontualmente, pode-se dizer que durante os anos de 1980, o frutífero questionamento sobre a função social da universidade promovido pelos fóruns de discussão internos e externos, levou à incorporação de concepções extensionistas menos assistencialistas e à afirmação de uma necessidade de assumir parcerias variadas, não somente àquelas subsidiadas pelo Estado. Por conta das críticas e tentativa de superação de projetos ditatoriais como o Rondon e os Campi Avançados e uma nova normalização (formulação de todo um aparato legal para a realização dos cursos e convênios), a FE buscou fortalecer o seu papel de promotora da educação, amparada pela argumentação neoliberal desta servir como base para um desenvolvimento econômico, social e cultural nacional. Contando com o apoio financeiro estatal para a realização de seus projetos de extensão, como os cursos da CENP e os convênios, afirmou cada vez mais sua

posição de instituição focada na formação de gestores e administradores da educação pública.

Um dos pontos relevantes das atividades de extensão realizadas nesse período também foram as parcerias interinstitucionais para a difusão de programas de pós-graduação em educação no Brasil como um todo, mostrando um compromisso com a formação de especialistas talvez maior do que com a formação de professores.

Quanto aos anos de 1990, os relatos mostram uma expansão e mercantilização dos cursos. Nessa década, surgem os cursos pagos e a legislação ganha novas reformulações, dando sustentação institucional para a extensão como negócio. O intenso processo de burocratização aparece através dos relatos de inúmeras portarias e normativas regulando a organização das atividades de extensão nas unidades e a criação de representações em órgãos como o CONEX, já citado, e comissões internas de extensão. Acirra-se o controle financeiro, indicando que esse aporte extra-orçamentário deveria ser investido na própria universidade. A FUNCAMP cumpre seu papel de administradora e para dar conta dessa expansão de prestação de serviços dentro da universidade, passa a realizar contratos temporários com professores e funcionários técnicos. Esse controle administrativo não evita o aumento da precarização do trabalho docente e dos trabalhadores, que acabam vendo nos cursos de extensão fonte de renda complementar.

Com um discurso pouco preocupado com a extensão e a prática comprometida com cursos e convênios, restringe-se o acesso dos estudantes tanto na formulação como na execução dos projetos, cada dia mais escassos. A extensão passa assim a ser alijada da formação universitária, figurando apenas no imaginário de alguns durante a graduação e em necessidade de manutenção do vínculo com a academia após a formação inicial para outros, principalmente para os que podem pagar. Alguns argumentam poder chamar de extensão os estágios realizados durante a graduação ou mesmo, a participação de poucos no projeto Rondon, que nunca deixou de ser realizado desde a ditadura, ou então de ações comunitárias, com tempo e duração limitados.

A Unicamp munuiu-se ao longo de sua existência, de uma organização burocrática apropriada para que a extensão, aos poucos, ganhasse uma posição de destaque, tornando-se o caminho para a “autonomia de gestão universitária” e

via de mão-dupla para captação e investimento de recursos privados (Almeida, 2002). E em menor escala, tentando atender através de “projetos comunitários” e prestação de serviços de saúde e educação às demandas da comunidade regional. Essa adequação às propostas neoliberais de restrição orçamentária faz com que a instituição afirme seu “compromisso com uma justiça social”, apelo apropriado às demandas do capital e aos interesses burgueses, endossando a manutenção da ordem vigente, mascarando e desvirtuando as possibilidades da universidade colaborar para uma transformação social. Enfim, a extensão com a incorporação da lógica mercantil burguesa, da qual foi tomado o ensino superior brasileiro e da qual nem a FE tem conseguido escapar, tornou-se instrumento de uma classe, como aparece expressa no Manifesto Comunista: *“pressionada pela necessidade de mercados sempre mais extensos para seus produtos, a burguesia conquista a terra inteira. Tem que imiscuir-se em toda parte, instalar-se em toda a parte, criar relações em toda a parte (Marx e Engels, 1999, p29)”*. Apropria-se, portanto, de um campo da universidade que, em sua proposta mais politizada, antes da ditadura, tinha como intuito servir aos interesses do proletariado⁹.

Referências:

ALMEIDA, M. de L. P. *Universidade Pública e Iniciativa Privada*. Campinas, SP: Alínea, 2002.

⁹ No período pré-golpe de 1964, o movimento estudantil tensionava o conflito com o Estado e frequentemente realizava críticas sobre os projetos hegemônicos para a educação superior, inspirando-se nos modelos europeus pós-revolução burguesa. Defendiam a autonomia financeira e institucional das universidades e que as instituições respondessem às demandas da população brasileira, com um número assustador de analfabetos e sem formação profissional. Após os anos 1940, mas principalmente a partir de 1960, multiplicaram programas de alfabetização para adultos pelo método freiriano e difusão da cultura popular, estabelecendo parcerias com a igreja e com movimentos sociais para a realização de projetos extensionistas: os CPCs (Centro Populares de Cultura), mesmo que ainda não reconhecidos institucionalmente, criaram uma tensão política-ideológica com governantes e as classes dominantes. (SANFELICE, 2008; SOUZA, 2000; GURGEL, 1986)

ALMEIDA, M. Z. C. M. de *A Extensão Universitária: Uma terceira função* Tese de Mestrado, Faculdade de Educação, Unicamp: Campinas - SP, 1991.

BRASIL (1996). *Lei n.9394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm.

CAMPINAS. FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP. Arquivo Setorial. *Atas de Conselho Interdepartamental*. 1976-1996.

CAMPINAS. FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP. Arquivo Setorial. *Resoluções do Conselho Interdepartamental*. 1985-1996.

CAMPINAS. FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP. Arquivo Setorial. *Atas de Congregação*. 1984-1990.

CAMPINAS. FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP. Direção da Faculdade de Educação. Arquivo Setorial. *Informativo/FE*. Nos.1-9.1985-1987.

COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP *Política de Extensão da Faculdade de Educação da Unicamp*, Campinas: FE/Unicamp, 2007.

COSTA DE PAULA, M.F. A inserção da Universidade na lógica racionalizadora do capital: casos USP e UFRJ. In: Silva, W.C. (org.) *Universidade e Sociedade no Brasil: oposição propositiva ao neoliberalismo na Educação Superior*. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Quartet, 2001.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FREITAG, B. *Escola, Estado e Sociedade* 4ª ed. São Paulo: Moraes, 1980.

GURGEL, R. M. *Extensão Universitária – Comunicação ou Domesticação?* São Paulo: Cortez, Autores Associados, UFCE, 1986.

MARX, K; ENGELS, F. *O Manifesto Comunista* Paz e Terra: São Paulo, 1999.

MINTO, L. W. . *As reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão*. Campinas: Autores Associados, 2006.

PAVIOTI, C.R.; *A Extensão universitária: a universidade na sociedade*. Trabalho de Conclusão de Curso, Pedagogia/UNICAMP, SP: Campinas, 2004.

SAVIANI, D. Extensão Universitária: Uma abordagem não extensionista In: _____ *Ensino Público e algumas falas sobre Universidade*, Campinas/SP: Ed. Cortez/Autores Associados, 1984.

_____, *História da Idéias Pedagógicas no Brasil* Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SANCHES, L. H. T. de *A Extensão Universitária: o histórico da experiência da Unicamp*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Unicamp, 1996.

SANFELICE, J. L. *Movimento Estudantil A UNE na resistência ao golpe de 1964*. 2. ed. Campinas: Editora Alínea, 2008. v. 1. 208 p.

SEBINELLI, R. M. M. G. *Política de Extensão Universitária*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Unicamp, 2004.

SOUZA, A. L. L. *A História da Extensão Universitária*, Campinas, SP: Ed. Alínea, 2000.

UNICAMP. PRÓ REITORIA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS.
Disponível em: www.preac.unicamp.br/